SANTA MARCELINA CULTURA

Associação de Cultura, Educação e Assistencial Social Santa Marcelina

CNPJ: 10.462.524/0001-58

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Balanço Patrimonial Consolidado (Em Reais)

Ativo	N.E	31/12/2013	31/12/2012
Circulante		**16.969.058**	**16.297.254**
Caixa e equivalentes		1.340.121	1.360.251
Recursos vinculados a projetos	(04)	14.506.128	10.010.942
Adiantamentos a terceiros	(05)	400.000	4.021.762
Adiantamentos diversos	(06)	1.293.072	1.064.763
Despesas antecipadas		29.139	39.536
Não Circulante		**11.152.840**	**7.856.094**
Realizável a Longo Prazo		**0**	**0**
Depósitos judiciais	(05)	1.762	1.762
Permanente	(07)	**7.151.077**	**7.856.094**
Imobilizado	(08)	7.151.077	7.856.094
Intangível	(08)	19.709	38.661
Total do Ativo		**28.121.898**	**24.153.348**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Superávit/Déficit do Exercício (Em Reais)

	N.E	31/12/2013	31/12/2012
Receitas Operacionais		**42.350.143**	**50.691.138**
Receitas operacionais		**42.350.143**	**50.691.138**
Recursos dos contratos de gestão	(15)	38.686.336	44.397.930
Outras receitas	(16)	3.663.807	6.293.208
Outras receitas operacionais		**1.189.565**	**1.052.541**
Outras receitas		1.189.565	1.052.541
Total das Receitas		**(42.350.143)**	**(50.691.138)**
Despesas operacionais		**(42.350.143)**	**(50.691.138)**
Despesas com pessoal		(24.564.574)	(28.206.555)
Despesas com encargos sociais		(7.663.043)	(9.218.971)
Despesas administrativas		(5.127.633)	(7.487.267)
Serviços Prestados por Terceiros		(4.882.130)	(7.576.509)
Impostos e Taxas		(112.763)	(197.932)
Resultado do Exercício			
Superávit/Déficit Total			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado (Em Reais)

	31/12/2013	31/12/2012
Receitas Operacionais Brutas	**42.350.143**	**50.691.138**
Recursos dos projetos	38.160.579	44.397.930
Outras receitas	1.189.565	1.052.541
Insumos Adquiridos de Terceiros	**3.860.530**	**5.576.509**
Serviços de terceiros e outros	4.882.130	7.576.509
Perdas/recuperações e ganhos	(1.021.600)	(2.000.000)
Valor Adicionado Bruto	**33.489.613**	**36.645.684**
Retenções	**1.129.233**	**1.052.541**
Depreciação	1.129.233	1.052.541
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	**32.360.380**	**35.593.143**
Valor Adicionado Total a Distribuir	**32.360.380**	**35.593.143**
Distribuição do Valor Adicionado	**32.360.380**	**35.593.143**
Impostos, taxas e contribuições	32.227.617	35.395.211
Despesas financeiras	132.763	197.932
Valor Adicionado Total		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa (Em Reais) – Exercícios findos em 31/12/2013 e 31/12/2012

Atividades Operacionais	31/12/2013	31/12/2012
Superávit (Déficit) líquido		
Ajuste para reconciliação	1.129.233	1.052.541
Provisão para contingências	89.693	41.127
Superávit (Déficit) ajustado	**1.218.927**	**1.093.668**
Variações de Ativo e Passivo		
Aumento (redução) em ativos		
Recursos vinculados a projetos	(4.495.186)	1.731.586
Adiantamentos diversos	(208.308)	(29.387)
Outras contas a receber	(29.139)	
Aumento (redução) nos passivos		
Projetos a executar	(4.694.628)	(363.080)
Fornecedores	(1.021.600)	(2.000.000)
Salários, férias e encargos sociais	(309.926)	(566.763)
Outras contas a pagar	(8.26)	6.125
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**1.090.165**	**(879.892)**
Atividades de Investimento		
Aquisição de bens imobilizados	(443.445)	(2.526.564)
Baixa do ativo imobilizado	39.229	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(404.216)**	**(2.526.564)**
Atividades de Financiamento		
Recursos aplicados em ativos permanentes	(725.017)	1.474.023
Caixa líquido aplicado nas Atividades de Financiamento	**(725.017)**	**1.474.023**
Aumento líquido em disponibilidade de caixa e Equivalentes de Caixa	**(39.068)**	**827.359**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.379.189	552.830
Saldo de Disponibilidades no final do exercício	1.140.719	1.379.787
Aumento líquido em caixa e Equivalentes de Caixa	**(39.068)**	**827.359**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercício (Em Reais)

	N.E	31/12/2013	31/12/2012
Patrimônio Líquido			
Saldo no início do exercício			
Resultado do exercício			
Saldo no final do exercício	**(14)**		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Associação de Cultura, Educação e Assistencial Social Santa Marcelina, constituída em 23 de outubro de 2008, é uma associação de direito privado, de natureza jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade a promoção da filantropia, sem fins econômicos e lucrativos, que tem por finalidade a educação, a cultura, a ciência e a tecnologia, a assistência social, a saúde, a ecologia e a proteção da infância, da adolescência, da juventude e de adultos, nos termos previstos na Lei Específica do Município de São Paulo, que dispõe das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a Política Social e pela legislação aplicável. Atualmente a Associação possui 2 projetos em andamento: O Projeto Jardim Ângela e Jardim São Luís e o Centro de Cultura do Estado de São Paulo. Trata-se de um Projeto Cultural na área de Teatro. Sérgio Ivo atende de 50 a 60 pessoas diretamente e mais de 500 em Programas mais bem sucedidos na área sócio cultural. O Programa Cultural Sérgio Ivo pretende ampliar o seu trabalho de inclusão social através da cultura, da escolha, o trabalho em grupo e a apuração da sensibilidade. Sempre com o foco no público-alvo, a Associação Santa Marcelina desenvolveu ao longo do projeto oitenta conceitos para o desenvolvimento das potencialidades, desenvolvendo o senso crítico, o senso lúdico, para a transformação da sociedade. A Associação de Cultura assumiu, com a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, a Gestão do Centro de Cultura, que está sendo, hoje, o maior centro musical, e hoje contendo 46 (quarenta e seis) polos distribuídos na Capital e Grande São Paulo. O Centro de Cultura tem por finalidade formar e aperfeiçoar cinjeas, jovens e adultos, na área da música erudita e popular, contribuindo para a formação de músicos e cantores, profissionais musical e interesses de apreciadores. Os critérios para classificar os alunos nos respectivos polos, são baseados no desempenho e interesse pelo curso. Os cursos oferecidos pela Escola são de pré-formação, formação profissional. O Centro de Cultura oferece cursos de 2 (dois) módulos. A Escola possui ainda na sua programação, atividades extraminutas, a saber: a orquestra sinfônica, a orquestra sinfônica de sopros, coros, outros municípios, estados e países, oferecendo cursos de flauta, master classes, apresentações musicais, entre outras atividades. Atualmente a Associação de Cultura Educação e Assistência Social Santa Marcelina tem assumido a concessão do Centro de Cultura Sérgio Ivo, em 23 de 11 de outubro de 2012 – para gerenciar o Programa Gull e da convocação pública para o Centro Cultural Sérgio Ivo, Jardim Ângela e Jardim São Luís, conforme o Projeto Tom Jobim: cujo resultado foi publicamente conhecido através do Diário Oficial Poder Executivo – Seção I – Ano 62 – Nº 215 – São Paulo – 23 de Declarada a Associação de Cultura Educação e Assistência Social: a organização social, sem fins lucrativos, que tem por finalidade, por 4 anos e meio, tem então os contratos renovados a partir de janeiro de 2013.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, abrangendo legislação societária, as Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a legislação específica aplicável a entidades sem finalidade de lucros e as práticas adotadas pelo Brasil, no que diz respeito, aos aspectos contábeis, financeiros, Os dados não contábeis não foram auditados pelos auditores independentes, conforme a NBC TA 700 e 705 – Pandemia. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Associação em 31 de janeiro de 2014. *b. Base de preparação:* As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma, conforme mencionado nas políticas contábeis, valor justo por meio do resultado. *Moeda funcional e moeda de apresentação:* Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras de apresentadas em Real foram arredondadas, quando necessário, exceto de outra forma. *c. Uso de estimativas e julgamentos:* A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os montantes reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas e contínuas. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que a estimativa é revisada e nos períodos futuros, quando cabíveis. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Associação que representam os efeitos mais relevantes nos saldos reconhecidos nas demonstrações financeiras estão indicadas nas seguintes notas explicativas: Nota 4 – Ativo Imobilizado e Nota 5 – Provisão para contingências e ativo imobilizado. - Nota explicativa nº 12 - Provisão para contingências.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados. *Ativos financeiros e passivos financeiros não derivativos:* A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e os passivos financeiros na data da sua contratação. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que a Associação torna-se parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados inicialmente pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerenciar esses ativos e tomar decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a estratégia de investimento documentada da Associação. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem. Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Após o reconhecimento inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente ligados à emissão, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzindo-se qualquer redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis incluem saldos de caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos. *Recursos vinculados a projetos:* Os recursos financeiros que a Associação mantém em dois da banca conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita para pagamento de despesas de projetos específicos, que são os obrigações do contrato de gestão de projetos de ter investimentos. Passivos financeiros não derivativos: Os passivos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte contratual do instrumento. Associação baixa um passivo financeiro quando tem seus objetivos contratuais retirada, cancelada ou expirada. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado de suas obrigações contratuais. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. *Instrumentos financeiros derivativos:* Não foram contratados instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2013 e 2012. *b. Apuração do resultado e reconhecimento de receitas e despesas:* Os contratos de gestão são considerados receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência. Os valores a entrarem no período, decorrentes dos Contratos de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria Municipal de Cultura do Estado de São Paulo e a Secretaria Municipal do Ministério da Cultura, são registrados de seguinte forma, em conformidade com o CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamental. Quando ocorrer o recebimento de recursos é reconhecido um ativo recursos vinculados a projetos e um passivo projetos a executar, pelo valor do recebimento. - **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos dos contratos de gestão e projetos especiais, os valores correspondentes são reconhecidos como despesas em montantes equivalentes, ou seja, sem impacto no resultado do período. - **Receitas:** Quando ocorrem os gastos dos contratos de gestão e projetos especiais são reconhecidos os ativos imobilizados e intangíveis, o valor correspondente a receita não deverá ser reconhecido. - **Rendimentos de aplicações financeiras:** Quando ocorre o rendimento, o valor correspondente deverá ser reconhecido como receita operacional. Os acréscimos de ativos em contraposição a projetos a executar no passivo circulante, correspondentes a recursos vinculados a projetos. Os efeitos no resultado do exercício relacionados ao contrato de gestão e projetos especiais, quando ocorrem o consumo de recursos vinculados a projetos são vinculadas a receitas reconhecidas com utilização específica nessas despesas. Os efeitos no resultado do exercício, relacionados a essas despesas que não estejam amparados pelo contrato de gestão ou por projetos especiais, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício. Os efeitos no imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, líquido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessário. *Depreciação:* A depreciação é reconhecida no resultado do período, a partir do momento em que o ativo está disponível para uso, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado do período, a partir do momento em que o ativo está disponível para uso, deduzido do valor residual. *Redução ao valor recuperável:* Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado quanto a indicadores de redução ao valor recuperável a cada data de demonstração financeira. Um ativo financeiro está sob o efeito de uma redução ao valor recuperável quando ocorrer um evento de perda ocorrer após o reconhecimento inicial do ativo, e que o evento de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo, que possam ser estimados de uma maneira confiável. A Associação considera que a redução ao valor recuperável de seus ativos não ocorreu. *Passivo circulante e não circulante:* Os passivos circulantes e não circulantes são mensurados pelo valor correspondente a obrigação, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas, até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constitucional como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. *Ativo imobilizado:* Os bens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico líquido. *g. Recebe diferida (recursos aplicados em ativos permanentes):* Os recursos aplicados em ativos permanentes são classificados em ativos imobilizados e intangíveis recebidos em doação, mensurados ao valor justo na data da doação, que são reconhecidos como ganhos e perdas e recebe diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do período, na proporção da depreciação e amortização dos ativos, pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do período, conforme determinado pelo CPC 07 (R1).

4. Recursos vinculados a projetos

	31/12/2013	31/12/2012
Aplicações	14.506.128	10.010.942
Adiantamento de projetos		4.021.762
Curto Prazo	400.000	
Longo Prazo	14.506.128	5.989.180

Refere-se a recursos adicionais utilizados no Contrato de Gestão nº 31/2008 no montante de R$ 4.021.763, suportados por recursos do Contrato de Gestão nº 34/2008, que foram reclassificados pela Associação na rubrica de adiantamento de projetos. Os recursos foram recebidos e aplicados durante o exercício de 2010, a Associação consumiu mais recursos do que o previsto inicialmente no Contrato de Gestão. Os recursos adicionais foram repassados pelo Contrato de Gestão nº 34/2008, que foram reclassificados pela Associação na rubrica de adiantamento de projetos. Os recursos foram recebidos e aplicados durante o exercício de 2010, a Associação consumiu mais recursos do que previsto inicialmente no Contrato de Gestão. Os recursos adicionais foram repassados pelo Contrato de Gestão nº 31/2008, que foram reclassificados pela Associação na rubrica de adiantamento de projetos. Os recursos foram recebidos e aplicados durante o exercício de 2010, a Associação consumiu mais recursos do que previsto inicialmente no Contrato de Gestão. Os recursos adicionais foram repassados pelo Contrato de Gestão nº 31/2008, que foram reclassificados pela Associação na rubrica de adiantamento de projetos. Note-se que a execução física dos mencionados projetos já foi finalizada. Os recursos adicionais utilizados no Contrato de Gestão nº 31/2008, que foram reclassificados pela Associação na rubrica de adiantamento de projetos. Os recursos foram recebidos e aplicados durante o exercício de 2010, a Associação consumiu mais recursos do que previsto inicialmente no Contrato de Gestão. Os recursos adicionais foram repassados pelo Contrato de Gestão nº 31/2008, que foram reclassificados pela Associação na rubrica de adiantamento de projetos. Os recursos foram recebidos e aplicados durante o exercício de 2010, a Associação consumiu mais recursos do que previsto inicialmente no Contrato de Gestão. Os recursos adicionais foram repassados pelo Contrato de Gestão nº 31/2008, que foram reclassificados pela Associação na rubrica de adiantamento de projetos. Note-se que a execução física dos mencionados projetos já foi finalizada. Os recursos adicionais utilizados no Contrato de Gestão nº 31/2008, que foram reclassificados pela Associação na rubrica de adiantamento de projetos. Os recursos foram recebidos e aplicados durante o exercício de 2010, a Associação consumiu mais recursos do que previsto inicialmente no Contrato de Gestão. Os recursos adicionais foram repassados pelo Contrato de Gestão nº 31/2008, que foram reclassificados pela Associação na rubrica de adiantamento de projetos. Os recursos foram recebidos e aplicados durante o exercício de 2010, a Associação consumiu mais recursos do que previsto inicialmente no Contrato de Gestão. Os recursos adicionais foram repassados pelo Contrato de Gestão nº 31/2008, que foram reclassificados pela Associação na rubrica de adiantamento de projetos. Note-se que a execução física dos mencionados projetos já foi finalizada.

5. Adiantamento de projetos

	2013	2012
Adiantamento de projetos		
Curto Prazo		4.021.762
Longo Prazo	4.021.762	

Refere-se a recursos adicionais utilizados no Contrato de Gestão nº 31/2008 no montante de R$ 4.021.763, suportados por recursos do Contrato de Gestão nº 34/2008, que foram reclassificados pela Associação na rubrica de adiantamento de projetos. Os recursos foram recebidos e aplicados durante o exercício de 2010, a Associação consumiu mais recursos do que previsto inicialmente no Contrato de Gestão. Os recursos adicionais foram repassados pelo Contrato de Gestão nº 31/2008, que foram reclassificados pela Associação na rubrica de adiantamento de projetos. Note-se que a execução física dos mencionados projetos já foi finalizada. Os recursos adicionais utilizados no Contrato de Gestão nº 31/2008, que foram reclassificados pela Associação na rubrica de adiantamento de projetos. Os recursos foram recebidos e aplicados durante o exercício de 2010, a Associação consumiu mais recursos do que previsto inicialmente no Contrato de Gestão. Os recursos adicionais foram repassados pelo Contrato de Gestão nº 31/2008, que foram reclassificados pela Associação na rubrica de adiantamento de projetos. Note-se que a execução física dos mencionados projetos já foi finalizada.

6. Adiantamentos diversos

	2013	2012
Adiantamentos a terceiros	1.160.000	1.000.000
Outros	123.978	200.518
	1.293.072	1.064.763

Atividades Operacionais

Superávit (Déficit) líquido

Ajuste para reconciliação

Provisão para contingências

Superávit (Déficit) ajustado

Variações de Ativo e Passivo

Aumento (redução) em ativos

Recursos vinculados a projetos

Adiantamentos diversos

Outras contas a receber

Aumento (redução) nos passivos

Projetos a executar

Fornecedores

Salários, férias e encargos sociais

Outras contas a pagar

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais

Atividades de Investimento

Aquisição de bens imobilizados

Baixa do ativo imobilizado

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

Atividades de Financiamento

Recursos aplicados em ativos permanentes

Caixa líquido aplicado nas Atividades de Financiamento

Aumento líquido em disponibilidade de caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício

Saldo de Disponibilidades no final do exercício

Aumento líquido em caixa e Equivalentes de Caixa

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercício (Em Reais)

Patrimônio Líquido

Saldo no início do exercício

Resultado do exercício

Saldo no final do exercício

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Contrato de gestão

Em 31/12/2013 a Associação de Cultura e Educação Assistencial Social Santa Marcelina, firmou o Contrato de Gestão nº 034/2013, que tem por objeto a execução de atividades e prestação de serviços na área de Cultura e Educação Artística, Artesanal e Científica, sem fins econômicos e lucrativos, que tem por finalidade a educação, a cultura, a ciência e a tecnologia, a assistência social, a saúde, a ecologia e a proteção da infância, da adolescência, da juventude e de adultos, nos termos previstos na Lei Específica do Município de São Paulo, que dispõe das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a Política Social e pela legislação aplicável. Atualmente a Associação possui 2 projetos em andamento: O Projeto Jardim Ângela e Jardim São Luís e o Centro de Cultura do Estado de São Paulo. Trata-se de um Projeto Cultural na área de Teatro. Sérgio Ivo atende de 50 a 60 pessoas diretamente e mais de 500 em Programas mais bem sucedidos na área sócio cultural. O Programa Cultural Sérgio Ivo pretende ampliar o seu trabalho de inclusão social através da cultura, da escolha, o trabalho em grupo e a apuração da sensibilidade. Sempre com o foco no público-alvo, a Associação Santa Marcelina desenvolveu ao longo do projeto oitenta conceitos para o desenvolvimento das potencialidades, desenvolvendo o senso crítico, o senso lúdico, para a transformação da sociedade. A Associação de Cultura assumiu, com a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, a Gestão do Centro de Cultura, que está sendo, hoje, o maior centro musical, e hoje contendo 46 (quarenta e seis) polos distribuídos na Capital e Grande São Paulo. O Centro de Cultura tem por finalidade formar e aperfeiçoar cinjeas, jovens e adultos, na área da música erudita e popular, contribuindo para a formação de músicos e cantores, profissionais musical e interesses de apreciadores. Os critérios para classificar os alunos nos respectivos polos, são baseados no desempenho e interesse pelo curso. Os cursos oferecidos pela Escola são de pré-formação, formação profissional. O Centro de Cultura oferece cursos de 2 (dois) módulos. A Escola possui ainda na sua programação, atividades extraminutas, a saber: a orquestra sinfônica, a orquestra sinfônica de sopros, coros, outros municípios, estados e países, oferecendo cursos de flauta, master classes, apresentações musicais, entre outras atividades. Atualmente a Associação de Cultura Educação e Assistência Social Santa Marcelina tem assumido a concessão do Centro de Cultura Sérgio Ivo, em 23 de 11 de outubro de 2012 – para gerenciar o Programa Gull e da convocação pública para o Centro Cultural Sérgio Ivo, Jardim Ângela e Jardim São Luís, conforme o Projeto Tom Jobim: cujo resultado foi publicamente conhecido através do Diário Oficial Poder Executivo – Seção I – Ano 62 – Nº 215 – São Paulo – 23 de Declarada a Associação de Cultura Educação e Assistência Social: a organização social, sem fins lucrativos, que tem por finalidade, por 4 anos e meio, tem então os contratos renovados a partir de janeiro de 2013.

8. Base de preparação

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, abrangendo legislação societária, as Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), A legislação específica aplicável a entidades sem finalidade de lucros e as práticas adotadas pelo Brasil, no que diz respeito, aos aspectos contábeis, financeiros, Os dados não contábeis não foram auditados pelos auditores independentes, conforme a NBC TA 700 e 705 – Pandemia. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Associação em 31 de janeiro de 2014. *b. Base de preparação:* As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma, conforme mencionado nas políticas contábeis, valor justo por meio do resultado. *Moeda funcional e moeda de apresentação:* Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras de apresentadas em Real foram arredondadas, quando necessário, exceto de outra forma. *c. Uso de estimativas e julgamentos:* A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os montantes reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas e contínuas. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que a estimativa é revisada e nos períodos futuros, quando cabíveis. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Associação que representam os efeitos mais relevantes nos saldos reconhecidos nas demonstrações financeiras estão indicadas nas seguintes notas explicativas: Nota 4 – Ativo Imobilizado e Nota 5 – Provisão para contingências e ativo imobilizado. - Nota explicativa nº 12 - Provisão para contingências.

9. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados. *Ativos financeiros e passivos financeiros não derivativos:* A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e os passivos financeiros na data da sua contratação. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que a Associação torna-se parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados inicialmente pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerenciar esses ativos e tomar decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a estratégia de investimento documentada da Associação. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem. Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Após o reconhecimento inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente ligados à emissão, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzindo-se qualquer redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis incluem saldos de caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos

7. continuação

7. Imobilizado

Os bens de uso estão demonstrados com base no valor original de custo deduzido da depreciação.

			2013		2012
Descrição	**Taxas**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Máquinas e equipamentos	10 a 25%	18.258	15.618	2.640	12.158
Equipamentos informáticos	10 a 25%	826.373	(244.034)	582.339	542.716
Móveis e utensílios	10 a 25%	845.497	(497.256)	348.241	355.470
Veículos	10%	386.159	(373.837)	12.322	71.441
Instrumentos musicais	10 a 25%	7.347.931	(1.941.931)	5.406.000	6.386.100
Ferramentas	10%	3.719	(1.115)	2.604	2.976
Ferramentas	25%	941.707	(808.633)	133.074	231.938
Telefones	10%	27.484	(13.948)	13.536	16.285
Sub-total		**11.395.098**	**(4.885.367)**	**6.707.223**	**7.817.43**
Imobilizado em andamento		404.145		404.145	
Total		**11.799.157**		**7.111.368**	**7.817.43**

8. movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2013	2012
Saldo no início de exercício	**7.817.433**	**5.323.975**
Adições		
Instalações	35.258	
Máquinas e equipamentos	69.900	12.800
Móveis e utensílios	95.241	3.430
Veículos		3.200
Instrumentos musicais	225.202	2.279.448
Ferramentas		3.239
Computadores e periféricos	53.102	23.305
Telefones		1.800
Baixas líquidas	(39.229)	
Depreciações	(1.110.281)	(1.032.455)
Saldo no fim de exercício	**7.111.368**	**7.817.433**

9. CPC 6 - Arrendamento mercantil descreve operações de leasing. Conforme o item 4.3.376.107 da Associação nomeada "Gurt Santa Marcelina Organização Social de Cultura", entige organização social responsável pela gestão do Centro Cultural Gnu, encerrada em março de 2009. Ficando parte desta data os bens arrendados de propriedade da nova Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina. A Associação protocolou a retação de bens patrimoniais junto à Secretaria de Cultura e aguarda o documento final de cessão. **Transferência dos bens** - Em 2010 foi estabelecida pela Secretaria de Estado da Cultura do Estado de São Paulo, a transferência da Associação Santa Marcelina de 35 Bolsos pertencentes pela Associação Amigos do Projeto Gurt. A Associação Santa Marcelina ainda aguarda a avaliação e a documentação detalhada dos bens transferidos pela SEC, envolvendo suas condições de uso e atribuição de valores.

8. Imobilizado

Os bens de uso estão demonstrados, classificados pronunciamento CPC 04, aprovado pela NBC T. 19.8, Resolução CFC nº 1.139/08 e NBC T 19.8 – IT 1 – Resolução CFC n.º 1.140/08.

	2013	2012
Software	97.177	97.177
(-) Amortização acumulada	(20 / 468)	(18.359)
	19.709	38.681
	2.013	2.012
	11.425.983	10.753.118
	4.021.763	4.021.763
	15.447.746	14.774.881

9. Projetos a executar

Projetos a executar
(-) Adiantamento a terceiros

Projetos a executar referem-se ao recursos já recebidos para projetos que ainda não utilizados que serão reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência. Adiantamentos a terceiros referem-se a recursos na nota explicativa nº 5. A seguir apresentamos os contratos em andamento e os exercícios a ser reconhecidos no resultado. Os recursos de terceiros bidos para Associação e os rendimentos financeiros desses recursos bem como os montantes utilizados no exercício. Os rendimentos financeiros são reconhecidos com a aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado.

Contratos	Saldo Inicial	Adição	Utilização	Saldo final
Contrato de Gestão - Projeto EMESP (01/2013) (a)	—	23.515.885	317.139	(19.030.345)
Contrato de Gestão - Projeto Guri (04/2013)	—	29.079.501	4.671	(27.549.769)
Contrato de Gestão - Projeto Guri (34/2008)	9.521.772			(3.397.727)
Contrato de Gestão - Projeto EMESP (31/2009)	4.027.362			(2.675.889)
PRONAC 127.863 SMC 2013 (c)		1.929.459	49.207	(1.499.695)
PRONAC 136.152 SMC 2013		1.160.150		
Mano Ávaid 2012 - PRONAC 111.105	761.558			(761.558)
Cine Gnu 2012 - PRONAC 119.836	214.509			(214.509)
Projeto FUMCAD	223.657	401.619	5.694	(58.298)
Projeto	1.250.000	5.239.901	4.671	16.027
	14.774.881	56.559.942	818.681	(47.592.146)
Projeto a executar	14.774.881			
Projeto a apropriar	4.021.763			

Receitas vinculadas - Referem-se aos montantes financeiramente recebidos no exercício. **Rendimentos financeiros** - Referem-se a rendimentos das aplicações financeiras dos recursos recebidos e ainda não aplicados, de acordo com a normativa vigente, não reconhecido no ativo em contrapartida no passivo, conforme o princípio da competência (item 4.3 das contas contábeis). **Consumo** - Referem-se aos gastos que foram empregados em projetos ao longo do exercício, bem como os custos administrativos, que ter obrigatoriamente a ser pagos

Que continuação

Auditores Independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada de forma a obter de maneira razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante das demonstrações financeiras, independentemente se causado por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras da entidade para planejamento dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto em 31/12/2013, o desempenho de suas atividades e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem fins lucrativos. **Ênfase:** Conforme mencionado na nota explicativa 7, a Associação recebeu no exercício de 2009 a título de doação determinados imóveis, anteriormente pertencentes ao ativo imobilizado e intangível no montante líquido de R$ 4.378.107. Apesar de os imóveis estarem registrados em nome da Associação, e de estarem dos bens recebidos, a Associação não obteve até o momento documento hábil comprobatório da doação. Consequentemente, os bens foram reconhecidos na nota explicativa 5, a Associação utilizou recursos recebidos em convênios firmados com o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado, por intermédio da Secretaria da Cultura. Parte deste recurso foi utilizado para pagamento de despesas de custeio, tais como: despesas com pessoal pelo Governo do Estado e por intermédio da Secretaria da Cultura, sendo que os valores pagos foram registrados como receitas e despesas. Os recursos adicionais utilizados no Contrato de Gestão 31/2008 no montante de R$ 4.021.763 estão sendo apresentados pela Associação na rubrica de adiantamento de projetos, no ativo não circulante, pois a Associação não espera nenhuma perda na realização de tais valores, melhor descrito nas demonstrações financeiras. **Outros assuntos:** Os saldos de abertura das negociações mantidas junto à Secretaria de Cultura do Estado e Associação Cultural e Educacional Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto **valor adicionado** - Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado do exercício findo em 31/12/2013, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria e cuja apresentação é exigida pela legislação societária para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras da entidade, tomadas em conjunto. **Demonstrações comparativas** - O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2012, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 28 de fevereiro de 2013 sem ressalvas, e ênfase sobre o mesmo assunto acima descrito. **Ribeirão Preto, 28 de fevereiro de 2014. Marcelo Ribeiro - Associado - Auditores Independentes S/S** - CRC-SP 15.753/O-6. **Edson José da Silva** - Contador - CRC-1SP251.112/O-9 - Registro CVM nº 7.739.

BROOKFIELD SPE SP-2 S.A.

CNPJ nº 00.690.440/0001-5-4 - NIRE nº 35.3.003.558-5

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Realizada em 15 de Outubro de 2013

Data, Local e Hora: 15 de outubro de 2013, às 10 horas, na sede da companhia, na Rua Iguatemi, nº 151, 15º andar, Itaim Bibi, CEP 01451-011, São Paulo, SP. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do Capital Social, conforme assinaturas em livro próprio. **Mesa:** Alexandre Ferreira Ribeiro, Presidente; Ana Cristina Ferreira Ribeiro, Secretária. **Deliberações:** Aprovadas e lavradas em forma de ata, a saber: **Ordem do Dia: a) a Assembleia Geral Ordinária:** (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2012; (b) o lucro líquido do exercício de 31/10/2012 (que aprovou as contas e a destinação do resultado do exercício encerrado em 31/10/2012); (c) a proposta da administração para o exercício social encerrado em 31/12/2012; **b) a Assembleia Geral Extraordinária:** (a) alterar o endereço da sede da companhia; (b) alterar o Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia; (b) aprovar o aumento do capital social; e Consolidar e alterar o Estatuto Social da Companhia. **Ordem do Dia:** Comunicação global aos presentes. **Deliberações:** Os Srs. Acionistas deliberaram e aprovaram, por unanimidade de votos, o quanto consta: Verificou-se(m) presente(s) da presente Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o(s) acionista(s) detentor(es) da totalidade do Capital Social. **(I)** Lavrar esta ata sob a forma de sumário, como faculta o parágrafo 1º do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76; **(II)** Tomar as contas dos Administradores, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações Financeiras e das Notas Explicativas, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2012, publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal "Folha de São Paulo", de fls. 02 e 03 do livro de conhecimento de todos os acionistas, os quais, com as abstenções, não aprovaram o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras; **(III)** Relativo à fls. "14" da ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 15 de outubro de 2012, às 09:00 hs, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP nº 152.360/12-0 em 15/10/2012, o(s) acionista(s) que representa(m) o(s) balanço, reapresentado e publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal "Folha de São Paulo", de fls. 02 e 03 do livro de conhecimento de todos os acionistas, que passa a constar a seguinte redação: **"(I)** *Destinar a conta de prejuízos acumulados, no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), para a conta de reserva de lucros a realizar e reta de estoque e ainda o saldo remanescente, em virtude do prejuízo apurado no exercício findo em 31/12/2012, no valor total de R$3.894.250,01 (que somados ao exercício findo em 31/12/2012, no valor total de R$3.894.250,01 (três milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, duzentos e cinquenta reais e um centavo), decorrentes: (i) destinar a conta de prejuízos acumulados no valor de R$